

USP: AUTONOMIA COM SOLUÇÕES INOVADORAS

As questões da USP: autonomia como nossa primeira motivação

Na quadra que se iniciará em 2018, a USP deverá olhar-se no espelho para responder a perguntas que estão presentes em todos os diálogos entre pessoas interessadas no futuro da universidade. O docente, o funcionário e o estudante, cada qual em seu trabalho na instituição universitária certamente se pergunta: O que foi feito da autonomia financeira? Por que a sociedade e a imprensa nos cobram à prestação de contas e resultados? Como implementar uma política duradoura de relação com a sociedade, o Estado e o setor produtivo? Por que, apesar da autonomia, não conseguimos escapar de amarras burocráticas, por exemplo, como aquelas que a CAPES introduziu para os nossos programas de pós-graduação e para os nossos pesquisadores? Qual regime de trabalho é mais apropriado para atrair talentos e enfrentar o mercado de trabalho no século XXI? Como esse regime de trabalho incorpora as virtudes, necessidades e capacidades dos jovens? Por que não é coesa a posição universitária em questões vitais (como o teto da remuneração, a evasão de alunos, a obsolescência de cursos, as regulações de órgãos externos, as manifestações violentas de sindicatos e a partidarização da vida universitária), por quê se calar e não assumir o protagonismo que a autonomia garante? Por quê a USP se parece mais com uma comunidade corporativa e menos com uma instituição de interesse público com uma finalidade única e especial na sociedade – a produção e comunicação do conhecimento? Por que não temos regras claras para o relacionamento com as fundações que se vinculam ao nome e à credibilidade da USP? Quais as bases para enfrentar com autonomia a questão do financiamento da universidade, considerando as transformações, as capacidades e as demandas do Estado, da sociedade e da economia no século XXI? Qual a real capacidade e a efetividade da universidade, apenas com suas forças e recursos, assumir políticas sociais de inclusão, saúde e permanência que atingem a maior parte de nosso custeio? O que significa crescimento e desenvolvimento da universidade?

A estrutura de poder na USP, quando convocada a enfrentar esses desafios se apresenta esgarçada pelo corporativismo, pelo populismo e pelas dissensões internas que caminham para o imobilismo. Colocadas como desafios, essas questões e a postura da USP para enfrentá-las, podem comprometer a instituição caso se insista em superá-las apenas com medidas de contenção sem refletir sobre sua origem. A instituição precisa recuperar o mérito como o valor essencial presente já entre os jovens que nos procuram, os técnicos e funcionários administrativos que nos apoiam e os docentes que realizam a pesquisa e a docência na Universidade.

Nós nos lançamos à empreitada de debater saídas para esses problemas em um processo eleitoral, porque acreditamos que as pessoas sinceramente interessadas no futuro dessa instituição têm o dever de se expor e de apontar alternativas diferentes das usuais para problemas que ganharam grande importância na instituição. A USP como uma instituição de produção de conhecimento tem o dever de apresentar com seus próprios meios, soluções para os problemas que enfrenta. A autonomia imanente da organização universitária é nossa primeira motivação.

A burocracia incapaz está na origem das dificuldades: nossa motivação administrativa

A crise financeira que abalou a política de financiamento com autonomia que vigora desde 1989, foi enfrentada pela gestão do Prof. Marco Antonio Zago dentro dos limites da emergência dos prazos, dos recursos financeiros disponíveis (existência ainda de reservas financeiras) e da necessidade de criação de instrumentos novos de gestão (avaliação institucional e de docente, parâmetros de sustentabilidade, estruturas de governança, etc.). Esse foi o sucesso da quadra que se encerra: apresentar à USP sua real situação, retirá-la da falência datada e aprovar instrumentos de gestão para adequar a universidade ao século XXI.

Entretanto, a necessidade de implementação efetiva desses mecanismos novos e a inexistência de reservas financeiras de curto prazo no modelo atual de financiamento, exigem que nesse processo eleitoral nos aprofundemos, sem os subterfúgios das soluções ideológicas, nos pressupostos de uma reforma que reconheça a autonomia universitária como fonte da nossa capacidade de solução dos problemas específicos. Para isso precisamos considerar a experiência internacional existente. Essa é uma decorrência da autonomia como motivação para oferecermos nossa reflexão ao debate: se a USP almeja ser uma universidade de classe internacional, devemos tratar a internacionalização como uma ferramenta para a transformação da gestão na pesquisa, no ensino e na extensão, mas principalmente na burocracia administrativa. Por exemplo, na gestão individual da pesquisa isso já está bastante avançado, pois os pesquisadores trouxeram em suas bagagens a experiência da administração que viveram em seus períodos no estrangeiro. É preciso reformular as bases administrativas da gestão e para isso a autonomia oferece a garantia de buscarmos soluções inovadoras. Esse é o objetivo da inovação e da internacionalização para o futuro da USP e que deve ser exemplo para nossas agências internas.

Por exemplo, consideramos que a crise financeira não é apenas resultado de um descalabro de gastos que ocorreu a partir de 2010 e já foi suficientemente apontado. Ela emerge de uma incapacidade da burocracia preparar a USP quando lhe foi reconhecida a autonomia. Continuamos a fazer as coisas do mesmo jeito. A instituição insistiu em manter-se amarrada a uma pesada estrutura de funcionários em excesso e de processos obsoletos para os quais os mecanismos de decisão colegiada não são suficientes. É comum ouvirmos os públicos interessados no futuro da USP lamentarem o ambiente desestimulante que tomou conta das nossas congregações e comissões. Nesse aspecto é preciso recuperar a capacidade decisória dos gestores e a condição de ausculta específica das comissões.

Inserção social e legitimidade institucional: nossa motivação de protagonismo político

A origem da USP, como consta no decreto que a criou, se liga a uma iniciativa ousada para atender a um problema da Nação: a formação dos seus quadros dirigentes e a organização da ciência. A terceira motivação decorre de uma constatação imediata: trata-se da identificação de um alheamento, um distanciamento que os públicos verdadeiramente interessados na universidade parecem dedicar ao processo eleitoral e à administração da universidade. Está ocorrendo um equívoco na noção de democracia, como se o exercício do voto fosse apenas um

instrumento interno a USP. Democracia na Universidade é a fusão da meritocracia com a missão universitária. É preciso fortalecer a direção central para reorientar o protagonismo da USP na sociedade, Estado e economia. Daí o nome de nossa chapa.

Esse protagonismo só será possível se a universidade estiver aberta à sociedade, prestando contas de seus resultados e incorporando a interação com os diversos setores, como está claro na criação da USP. Apenas por essa via requisitaremos fontes alternativas de recursos, que garantidos pela autonomia financeira sejam o resultado do trabalho efetivo da universidade. A USP precisa identificar o valor dos seus resultados para a sociedade e estabelecer alternativas de cooperação, remuneração adequada e oferta de serviços, nos quais detém competência para criar o ambiente econômico real na instituição.

Existe, portanto, a necessidade de regulação das fundações de apoio. Elas precisam ser tratadas como organizações que se associam à universidade para uma empreitada que deve incluir necessariamente retornos positivos no interesse institucional e não de mero subsídio. Suas finalidades devem ser observadas como um instrumento de acesso a setores diversos, a ambientes de negócios dos quais a USP não pode se alijar.

Entretanto, nossa legitimidade como instituição (suportada pelo contribuinte) não será efetiva se não procedermos a uma ampla reforma de nosso relacionamento externo e interno. No ambiente externo devemos proceder à uma modificação dos nossos meios de comunicação social, de extensão e de cultura e, principalmente, nas formas de prestação de contas ao contribuinte.

De igual importância é uma ampla reforma no ambiente interno, ou seja, do quadro de funcionários excessivo, da morosidade dos procedimentos e dos métodos e sistemas antiquados. Assim entendemos que nossa face pública não precisa ser confundida com uma estrutura estatal rígida, chefias anacrônicas e regulamentos ultrapassados que apenas reproduzem defeitos e têm se mostrado incapazes de acompanhar as transformações da modernidade.

Conclusão: finanças e mecanismos de decisão como instrumentos para a autonomia

Uma derradeira explicação é importante sobre os processos de decisão e voto que se instalaram na USP. Trouxemos para o ambiente universitário um mecanismo de escolha que se de um lado apura maiorias, de outro contamina o ambiente acadêmico com disputas e questões estranhas ao mérito. Nossa colaboração para os problemas sociais brasileiros só será efetiva se mantivermos a USP como uma instituição relevante na sua missão. Estruturalmente é necessário, ao lado da questão financeira, reavaliar os instrumentos de decisão. Por que não oferecer à sociedade um exemplo digno da grandeza da USP, afastando-nos do populismo eleitoral e instalando o sistema de comitê de busca para escolha de dirigentes, já adotado em várias universidades de sucesso do planeta? Uma medida de impacto como essa, intransigente com o corporativismo, mudaria essencialmente nosso protagonismo e nossa governança.

Sintetizamos nossa manifestação nesse processo eleitoral como um reconhecimento de que a USP se defrontará nos próximos anos com um quadro institucional de adequação de suas estruturas à uma realidade financeira diferente. Temos instrumentos para enfrentar os desafios e a autonomia nos autoriza a buscar **soluções inovadoras** para os dilemas da burocracia,

finanças, inserção social, protagonismo e melhoria do ensino e pesquisa. Nossa tarefa será a de transformar temas abstratos como inovação, qualidade e internacionalização em instrumentos práticos para os quais a formação científica da universidade será de grande valia.

Ricardo Ribeiro Terra
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Candidato a Reitor

Albérico Borges Ferreira da Silva
Instituto de Química de São Carlos
Candidato a Vice-Reitor